



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Introdução

Meu interesse neste artigo é esboçar uma análise sobre a dinâmica das relações sociais na Bacia de Campos dos Goytacazes, que envolvem pescadores artesanais, representantes de empresas que desenvolvem atividades *offshore* e órgãos públicos com agendas ligadas à proteção do Meio Ambiente.

Tal proposta surge a partir do trabalho de campo desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa, orientado pelo Professor Fabio Reis Mota, através da atividade de Iniciação Científica UFF/CNPq - PIBIC, cujo lócus de pesquisa foi a comunidade de pescadores localizada em Farol de São Tomé, distrito de Campos dos Goytacazes.

Este trabalho se articula com a problemática desenvolvida por muitos cientistas sociais brasileiros interessados em refletir sobre os conflitos que envolvem populações tradicionais, tais como: pescadores, indígenas, quilombolas, etc; atores que ocupam uma posição de destaque nas políticas públicas contemporâneas (Lobão 2006, Mota, 2010). Vale ressaltar que a sustentação de diacríticos para o acesso às políticas públicas diferenciadas, como por exemplo, a evocação a uma “tradicionalidade” ou “quilombolice”, caracteriza-se como um dispositivo simbólico e político para o acesso aos recursos renováveis e ou o acesso à titulação de terras.

Palco: Farol de São Tomé

Com aproximadamente 18 km de praia, que vai do oeste a leste, situado a 54 km de distância do centro de Campos dos Goytacazes, o distrito de Farol de São Tomé apresenta-se como um lugar confuso e exuberante. A vida local, como bem observara o historiador campista Roberto Lamego (1945, p. 17), parece uma incógnita ao visitante.

Ao longo de toda extensão do litoral do Farol, localiza-se um significativo grupo de pescadores tradicionais que se dedicam à pesca artesanal. Os pescadores, em sua maioria, são cadastrados na colônia de pescadores Z-19 e divididos em dois grupos: os que pescam no Porto da Areia e os que pescam na Barra do Furado. Segundo Kant de Lima (1997, p. 35), estes espaços delimitam a própria atividade de pesca e são parte de um complexo sistema de regras que ordena a captura das espécies. Vale destacar, que a pesca é a principal atividade econômica local, na qual estão inseridos homens, que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

atuam diretamente em funções específicas, e mulheres, que atuam na função de limpeza do pescado.

No que se refere à organização da pesca local, ela mantém um sofisticado sistema de relações sociais altamente hierarquizadas, seja interna ou externamente ao grupo: no nível interno, as hierarquias se espelham nas relações mantidas com vendedores de diesel, mestres de pescaria, etc., enquanto que para fora há uma teia de relações com compradores de outros estados, representantes das empresas petrolíferas locais e agentes de órgãos governamentais que regulam e fiscalizam as atividades de pesca.

Incomunicabilidade de saberes e Defeso

No Farol de São Tomé, os conflitos existentes colocam em evidência concepções distintas acerca da temporalidade e do espaço, resultando em uma tensão constante entre a “tradição” e a “modernidade” (a pesca e as atividades petrolíferas). As racionalidades culturais próprias de cada grupo conferem sentidos diversos sobre a idéia acerca da própria categoria conflito.

Os conflitos locais são informados por interesses, projetos e perspectivas distintas ligadas à produção, cujos saberes ou conjuntos de conhecimentos teóricos e técnicos constituem-se um fator importantíssimo para a manutenção e continuidade da atividade pesqueira. Ou seja, o processo de produção implica estratégias de exploração e apropriação, que por sua vez exige saberes ou conhecimentos teóricos construídos culturalmente. Trata-se, portanto, de um conhecimento, empírico, que se funda num sofisticado conjunto de categorizações e observações sobre o modo como os recursos naturais renováveis se reproduzem.

O saber tradicional/naturalístico se configura como uma “ciência do concreto” nos termos de Lévi-Strauss (1989, p.31) que orienta a prática produtiva dos pescadores locais, cujos sistemas não são menos reais; o saber técnico refere-se à “ciência moderna” que orienta a prática produtiva das empresas que realizam atividades petrolíferas na Bacia de Campos e a gramática jurídica referente à instituição do Defeso. Tanto o primeiro, quanto o segundo, são conhecimentos da natureza diferenciados, sendo construídos segundo os significados culturais no qual se insere.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Ao se analisar ambos saberes, nota-se logo de imediato que cada um supõe uma objetividade ativa e metódica, um querer saber estruturado que se consubstancia em regras técnicas que ao serem respeitadas condicionam seu êxito (Kant de Lima, 1998, p. 47).

No que tange ao saber tradicional/naturalístico, os pescadores em sua atividade deparam-se constantemente com a imprevisibilidade, pois as condições objetivas que estão submetidas às espécies, seu objeto por excelência, e suas formas de se reproduzir não estão submetidas a previsões precisas e objetivas. Assim, a própria modalidade de pesca condiciona um esquema particularizado de produção do conhecimento.

Tal saber requer uma curiosidade que se transfigura numa verdadeira posição intelectual, que aproveita o arcabouço do aprendizado adquirido ao longo das gerações, fundando um conhecimento que é nutrido pela observação sistemática de circunstâncias concretas vivenciadas e apreendidas na e pela pesca.

Nesse sentido, há uma relação entre saber e a prática da pesca, ou seja, o saber tradicional/naturalístico se constrói e efetiva no próprio processo produtivo da pesca. Como exemplo, temos a classificação da distância dos pesqueiros em relação à praia e as espécies que cada um deles corresponde. Qualquer pescador do Farol de São Tomé, munido de GPS, saberá com eficiência quantas milhas será necessário percorrer para se capturar camarão da espécie sete-barba (*Xiphopenaeus kroyeri*) ou barba ruça (*Artemesia Longinaris*). Qual dia, devido ao tipo de vento, poderá realizar a pesca ou não. Saberá que no inverno a pescadinha “viaja” para o município de Macaé e desaparece do Farol. Terá um prognóstico, tomando como referência a temperatura da água, o mês em que cada espécie se reproduz.

Portanto, o saber tradicional é um sistema de reflexão e conhecimento empírico do comportamento das comunidades marinhas que se configuram objeto de trabalho das diferentes modalidades de pesca sobre condições locais. Seguramente os pescadores do Farol de São Tomé conhecem a dinâmica dos recursos naturais renováveis da área que habitualmente pescam, mas seguramente não dominam os mecanismos reguladores da pesca de toda a costa brasileira. Portanto, trata-se de um conhecimento especializado do local.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Como reflexão e conhecimento empírico, o saber naturalístico converte-se em um “inventário” de fatos naturais que os abarca em uma linguagem simbólica; sua sistematização se baseia em signos engendrados na própria dinâmica da cultura. Sua reprodução e transmissão carregam em si sentimentos sensíveis, crenças e valores que se manifestam nas próprias relações sociais que a pesca constrói.

Em paralelo, o saber técnico pressupõe uma objetividade sistemática que se constrói com certo distanciamento da realidade que se deseja conhecer. Sua forma de abstração está balizada por uma posição que ressalta o todo e que busca pensar as particularidades existentes. Desse modo, sua linguagem busca abstrair a dimensão simbólica, correspondendo a uma proliferação conceitual, “uma atenção mais firme em relação às propriedades do real, a um interesse mais desperto para as distinções que aí possam ser introduzidas” (Lévi-Strauss, 1989, p.17). Com isso cria-se a ilusão da “objetividade científica” e da previsibilidade das causas e conseqüências dos fenômenos naturais.

No entanto, do mesmo modo que o saber tradicional, o conhecimento técnico científico também possui suas crenças e valores que se manifestam na dinâmica das relações sociais. O progresso, o desenvolvimento, sustentável ou não, a busca de uma previsibilidade, tecnologia, eficácia, em síntese, categorias, e formas de categorização, originadas com o advento da modernidade.

Vale ressaltar ainda, que ambos são legitimados e deslegitimados socialmente. O saber técnico se vale de uma postura de que os modelos teóricos “bem mais elaborados,” possuem uma “cientificidade maior” se comparado aos modelos “simbólicos” do saber tradicional. Nesse sentido, há uma relação assimétrica entre o saber técnico e o saber tradicional, bem como há uma tendência a desqualificar o saber naturalístico.

No caso brasileiro, essa assimetria se acentua diante do forte viés hierárquico e desigual que informa a nossa compreensão sobre o conhecimento, evidenciando que a natureza dos conflitos entre o saber técnico e o conhecimento tradicional adquire forma e sentido de acordo com o contexto social e cultural (Kant de Lima, Mota, Pires, 2005).

. Essa concepção hierárquica tem implicações, ainda, na concepção relativa à noção sobre o espaço público, nesse caso o mar, que é concebido como um lugar de todos, mas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

comumente apropriado particularizadamente pelos que detêm maior legitimidade social, econômica, política e simbólica (Da Matta, 1976, p.38).

Nesse sentido, os conhecimentos técnicos que cada grupo, pescadores artesanais e empresas ligadas ao desenvolvimento de atividades petrolíferas, em algumas circunstâncias se chocam face à incomunicabilidade imposta por essa perspectiva hierárquica e desigual presente em nossa cultura política, jurídica e moral.

Os conflitos no Farol de São Tomé emergem dessa incomunicabilidade de saberes, ou melhor, das diferenças de orientação ou ação que ambos oferecem na realização da atividade produtiva dos respectivos grupos locais. Essa situação cria uma barreira que inviabiliza o diálogo ou mesmo a consideração de ambos saberes e demandas econômicas dos respectivos grupos como válidos.

Isto pode ser percebido nos conflitos existentes entre os pescadores e o IBAMA, no que diz respeito ao Defeso, paralisação da pesca por um período de meses com objetivo de assegurar os ciclos de reprodução da ictiofauna por lei.

O ponto de vista jurídico considera somente como legítimo o saber técnico científico que informa as tomadas de decisões dos órgãos fiscalizadores. Na comunidade do Farol de São Tomé o Defeso se apresenta como algo ineficaz e válido somente em sua dimensão jurídica. Para os pescadores, a data determinada como sendo para reprodução pelo IBAMA não corresponde; segundo o pescador Lucas, 49 anos: “o pessoal do IBAMA determinou o período do Defeso, mas a data não está muito certa; eles determinaram e nem nos procurou para dialogar nada. Pocha desde criança que trabalho nesse marzão e ninguém vêm conversar!” (20/12/2010)

Em contrapartida, há pescadores que consentem com o período determinado por Lei, mas devido ao valor do seguro não sustentar as despesas familiares continuam pescando normalmente.

Tal situação possibilita a emergência de conflitos, inviabilizando uma incorporação, por parte dos pescadores, das regras formuladas pelo Estado. Por ser considerado crime ambiental, muitos pescadores, que lançam mão do conhecimento acerca dos ciclos de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

reprodução das espécies naquele local, se vêem em situações delicadas com a apreensão dos peixes e mesmo da prisão de alguns companheiros de pesca.

O discurso de legitimação da pesca por parte dos nativos nesse período é a aceitação de seu conhecimento sobre o mar como uma variante válida. As vozes desse grupo alegam que os pescadores sabem sobre mar assim como os biólogos ou oceanógrafos.

O Estado é percebido como algo abstrato, cuja eficiência é posta em dúvida. No tocante a regulamentação da pesca, ressalta uma total desconsideração pelo saber tradicional local sobre a reprodução e desenvolvimento da ictiofauna.

Os pescadores se ressentem de não ter suas vozes públicas legitimadas na organização do Defeso, provocando um descontentamento maior por não poderem participar do processo decisório do que propriamente as punições estabelecidas por lei.

“O defeso é temporário... o que nós desejamos é ter voz, poder participar do processo de paralisação. Se os pescadores fossem unidos, poderíamos juntos com o Governo determinar realmente o período certo do Defeso. Poderíamos separar três a quatro pescadores para observar e dizer que mês tal espécie de camarão está se reproduzindo”. (Pedro, 03/01/2011).

Como se vê, a relação diacrítica entre o saber tradicional/naturalístico é percebido pelos próprios atores locais. O desejo de ter voz põe em cheque as concepções que consideram o saber tradicional em comparação ao técnico-científico, como deslegítimo e subalterno. Tal ponto de vista pode ser percebido nas políticas públicas de financiamento e aplicação de recursos que consideram necessário “modernizar” a produção pesqueira para sua participação efetiva no mercado (Britto, 1999; Kant de Lima, Mota, Pires, 2005).

Interessado em saber como se dava a relação entre os fiscais do IBAMA com grupo de pescadores, um dos pescadores me relatou que todos chegam de “surpresa para dar o bote, Campos inteiro sabe que a pesca corre solta”.

Os fiscais do IBAMA lançam mão de uma postura que afirma o exposto juridicamente nas legislações que regulamentam a pesca, mesmo percebendo a não relação do período de reprodução das espécies determinadas por Lei.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Petrobras e Porto do Açú

No que tange a atuação da Petrobras e das obras do complexo do Açú, destaco duas situações que os atores locais explicitavam constantemente nas interlocuções estabelecidas com o desenvolvimento da pesquisa.

A primeira situação diz respeito à interferência ativa da Petrobras na dinâmica da pesca local. A imagem da Petrobras entre os pescadores locais em todas as abordagens carrega em seu discurso um forte sentimento negativo.

“A vinda da Petrobras significou a derrota do Farol; ela só trás aporrimhação para a vida do pescador. Ela é maldita... mata os pescados, os berçários, tartarugas e depois vem ensinar com a cara mais limpa para nós sobre biodiversidade”. (João, 20/12/2010).

A incógnita local recai sobre o duplo caráter de sua atuação, ora enfatizando a necessidade de um desenvolvimento sustentável, ora pouco se importando com ele quando se refere à otimização da atividade petrolífera na região.

Outro ponto a destacar são os impactos que as atividades de perfuração de poços para a descoberta de novos campos petrolíferos: “Ao perfurarem os poços para descobrirem petróleo ela (Petrobras) suja tudo com o minério, este pó afunda e nas localidades dos berçários atrapalha a reprodução do camarão”. (Marcos, 20/12/2010, 28 anos).

Neste ponto os pescadores mais antigos não deixavam de reiterar e conscientizar os demais pescadores acerca do “perigo” que a pesca enfrenta, segundo o pescador João, 50 anos: “os trabalhos que a Petrobras faz aqui no Farol tem afetado a vida marinha. Os pesqueiros têm migrado para regiões mais distantes e os berçários estão sendo destruídos. Se as coisas continuarem assim, a pesca pode acabar”. (05/01/2011).

Os conflitos se agravam ainda mais, pois a Colônia Z-19 é vista em parte como “amiga da Petrobras”. Nas interlocuções os atores buscavam demonstrar que há um clientelismo entre a atual direção e setores da Petrobras.

A segunda situação a destacar diz respeito à construção do Complexo do Açú no município de São João da Barra. Neste caso, a problemática concentra-se nos impactos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ocasionados em dois períodos: no período de construção, como a destruição das localidades de reprodução e desenvolvimento do camarão, e no período de efetivação das atividades que poderá levar a uma total reorganização dos pesqueiros e conseqüentemente da pesca.

Tradicionalidade e demandas de direitos

Os atores locais, ao depararem com o processo de reorganização dos espaços de pesca, afirmam que “o mar está sendo loteado, onde o pescador fica com os lotes mais inferiores e sem peixe para pescar”. Tal situação faz com que os espaços sejam delimitados e proibidos para atividades de pesca, pela localização das plataformas, pelo tráfego de embarcações de grande porte, etc., e, por conseguinte, reorganize os locais comuns para a realização da pesca. Isso é percebido paulatinamente pelas campanhas, que para conseguirem capturar o pescado, afastam-se cada vez mais da costa da praia.

A categoria de pesca “artesanal” e/ou “tradicional” é, desse modo, reconhecida em oposição à pesca industrial e considerada sempre em risco, devido a impossibilidade de se reproduzir diante das circunstâncias vivenciadas na região:

“A pesca no Farol está ameaçada com essas inovações e intromissões na vida dos pescadores; o mar é loteado, podemos pescar aqui, mas não ali; é a plataforma, são os barcos grandes, é a mudança das localidades dos pesqueiros... com essas mudanças todas teremos que mudar nosso jeito de pescar”. (João, 05/01/2011, 50 anos).

As mudanças advindas com as atividades ligadas ao petróleo obrigam os atores a reformularem seus próprios conhecimentos locais acerca de como pescar. Impactos que levam a verificação e reelaboração do saber naturalístico local que implicam construções sofisticadas para se ajustar as novas configurações do uso público do mar.

A tradicionalidade nesse contexto, apesar de ser percebida como algo em risco face às mudanças, é apropriada como dispositivo simbólico e político. Nas situações de resistências, ela se faz presente nos discursos, seja nas denúncias à imprensa local, à marinha, nos departamentos de ouvidoria das empresas ou nas medidas mitigadoras das atividades petrolíferas na região.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Considerações Finais

A pesca como atividade produtiva caracteriza-se como um sistema coerente que incluem distintas e complexas relações sociais. O saber que ela exige construído culturalmente não corresponde a respostas ou estímulos que a natureza oferece. Configura-se como uma verdadeira ciência, que não classifica as coisas por serem úteis, mas por serem antes conhecidas (Lévi-Strauss, 1989, p. 24). É uma forma intelectual simbólica que reflete a natureza convertendo tudo o que se sabe sobre ela em símbolos culturais.

É na dinâmica da atividade pesqueira que o arcabouço do saber tradicional naturalístico se constrói e é (re) construído. Além disso, é ele que faz emergir a noção local de tradicionalidade.

O Defeso em Farol de São Tomé explicita o quanto o Estado, no que tange sua atuação local, pode ser percebido em oposição a própria vida cotidiana. O Estado é um conceito abstrato e concebido como usurpador, autoritário corrupto e paternalista. Por mais que alguns pescadores se sintam incomodados em receber a “esmola” do Seguro do Defeso, na prática, ninguém aceita não tê-la. O público se personifica no Estado. O Estado que iguala na desigualdade, que oferece direitos aos cidadãos, contudo, diferenciados.

A sensibilidade dos conflitos por parte dos pescadores locais, diversificadas, constitui uma síntese: “que ser pescador artesanal se está à margem do mercado”. O que indica é que no Brasil há um princípio de contenção da inserção do trabalhador na economia nacional de modo autônomo (Kant de Lima, 1998). Dos projetos que contribuiria para melhor realização da pesca, a espera da troca da rede por uma que preserve o tão popular “meio ambiente” que é negada pela Petrobras, Prefeitura e quem quer mais que seja.

Além disso, vale destacar que no jogo de interações sociais aqui destacadas é explícito que a identidade de pescador no Farol de São Tomé configura-se como uma identidade subalterna, de atores sociais que não possuem uma organização coletiva de defesa econômica e de representação política no Espaço Público e no Estado. Temos, portanto,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

uma *restrição* nítida de expressão e presença na sociedade civil desses atores de forma autônoma e independente.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. (Organizador). Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ). Niterói: EdUFF, 1999.

DA MATTA, Roberto. Quanto custa ser índio no Brasil. In: Dados. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 13, 1976.

_____. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. Desde el punto de vista Del nativo: la naturaleza Del conocimiento antropológico. In: El conocimiento local: ensayos sobre La interpretación de las culturas. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1994, p. 73 a 90.

KANT DE LIMA, Roberto e PEREIRA, Luciana. Pescadores de Itaipu. Niterói: EdUFF, 1998.

KANT DE LIMA, Roberto; LOBÃO, Ronaldo; MOTA, Fabio R; Pires, Lenin. Efeitos da Igualdade e da Desigualdade no Espaço Público da Amazônia: uma análise comparativa de processos de construção de unidades de conservação de uso sustentado. 2003.

LAMEGO, Alberto Ribeiro (Lamego Filho). O Homem e a Restinga. Rio de Janeiro: Lido, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claud. A Ciência do concreto. In: O pensamento selvagem. Tradução: Tânia Pellegrini. São Paulo: Ed. Papyrus, 1989. P. 15 a 49.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. Reservas Extrativistas Marinhas: Uma reforma agrária no mar?. Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para obtenção do Grau de mestre, 2000.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo. Como uma política pública pode se transformar numa política do ressentimento.* Tese de Doutorado em Antropologia. Brasília: Unb, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental, um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.* Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Ed Abril Cultural, 1976.

MARSHAL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOTA, Fabio Reis. *Manda quem pode e obedece quem tem juízo? Uma reflexão antropológica sobre disputas e conflitos nos espaços públicos brasileiro e francês.* In: *Dilemas- Revista de estudos de conflitos e controle social.* Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, vol. 2, n^a4, 1999.

VALPASSOS, C. A. M., ALVES, L. O. E., SOUSA, Fernando Carlos de. *Meio Ambiente, Políticas Públicas e Pescadores Artesanais no Norte-Fluminense: Interpretações e Apropriações do Defeso no Litoral do Estado do Rio de Janeiro.* Artigo apresentado na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, Porto Alegre - RS, 2007.